

CONGRESSO

Medidas da desoneração empacam na Câmara

CCJ não determinou relator para o projeto. Prazo do STF para que Legislativo e governo elaborem solução para a compensação à renúncia fiscal acaba hoje

» RAFAELA GONÇALVES

Termina hoje o prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para que o Legislativo e o Executivo encontrem uma solução sobre as medidas de compensação para a renúncia fiscal que permita a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos. O projeto, que teve requerimento de urgência aprovado pela Câmara dos Deputados, sequer recebeu um relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pela deputada bolsonarista Caroline de Toni (PL-SC).

No Congresso, parlamentares afirmaram que não havia “clima” para tratar a matéria, uma vez que as costuras para a sucessão de Arthur Lira (PP-AL) estão a todo vapor. A reunião de líderes, que acontece tradicionalmente às terças na residência oficial do presidente da Câmara, sequer ocorreu ontem. “Pauta é formada previamente pelo colégio de líderes”, disse o deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), vice-líder do governo, ao ser questionado sobre a ausência do tema na sessão de ontem.

O governo ainda pode encaminhar ao STF um pedido para prorrogação do prazo. No entanto, o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que o Palácio do Planalto está trabalhando para que a votação da proposta seja concluída hoje.

“Acho que há sinalizações da Câmara em concluir a votação, porque é um tema que interessa muito ao conjunto dos municípios brasileiros. Tem um apelo muito forte, interessa aos setores econômicos e à economia como um todo. Isso porque, dentro do relatório, há medidas que reforçam legalmente as ações que o governo está fazendo para reduzir despesas”, disse Padilha, após encontro com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e líderes do governo no Congresso.

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Governo vê indícios de que matéria vá adiante, pois foi aprovado regime de urgência para que tramite



Há sinalizações da Câmara em concluir a votação, porque é um tema que interessa muito ao conjunto dos municípios brasileiros. Tem um apelo muito forte, interessa aos setores econômicos e à economia como um todo. Isso porque, dentro do relatório, têm medidas que reforçam legalmente as ações que o governo está fazendo para reduzir despesas”

Ministro Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais

O texto aprovado no Senado manteve a desoneração integral em 2024 para 17 setores da economia e municípios. O projeto estabelece a retomada gradual da tributação a partir de 2025, com

alíquota de 5% sobre a folha de pagamento. Em 2026, serão cobrados 10% e, em 2027, 20% — que é quando ocorreria o fim da desoneração.

A proposta é acompanhada

de perto pelo governo, em meio ao esforço para fechar as contas do ano. Entre as medidas de compensação previstas, estão a repatriação de recursos do exterior; pente-fino em benefícios sociais; regularização de ativos; além de renegociação de multas de agências reguladoras. Os dispositivos têm o papel de cobrir a renúncia fiscal, estimada em R\$ 25 bilhões em 2024.

A versão do texto que veio do Senado reduziu, ainda, o quantitativo de trabalhadores que as empresas teriam de se comprometer a manter para serem beneficiadas com a alíquota sobre a receita bruta, em troca da taxa incidente na folha. Em vez de se comprometerem a sustentar a mesma quantidade ou aumentar o número de funcionários, as empresas serão obrigadas a manter apenas 75% dos empregados.

Renegociação em compasso de espera

Outra pauta que também teve regime de urgência aprovado e deve ser apreciada pela Câmara dos Deputados, nesta semana de esforço concentrado, é a resolução para a renegociação das dívidas das unidades da Federação. A matéria institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), que prevê a revisão dos termos dos débitos com a possibilidade de

transferência de bens e ativos para abater os passivos financeiros, além da redução dos juros.

O indexador dos juros era a principal reclamação dos governadores. Atualmente, as dívidas são corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), + 4% ao ano, ou pela taxa básica de juros (Selic) — é adotado aquilo que for menos

prejudicial ao devedor. A proposta prevê mecanismos para reduzir e, até mesmo, zerar o encargo.

Agora, parte dos 4% dos juros será transformada em investimentos nos estados em educação, saneamento básico, habitação, obras de adaptação às mudanças climáticas, transportes ou segurança pública. Outra parte será repassada para o Fundo

de Equalização Federativa, cujos recursos serão partilhados.

A dívida total das unidades da Federação com a União é de R\$ 700 bilhões. No topo da lista está São Paulo, com débito de cerca de R\$ 280,8 bilhões. Seguem Rio de Janeiro, com R\$ 160 bilhões; Minas Gerais, com R\$ 147,9 bilhões; e Rio Grande do Sul, com R\$ 95,2 bilhões. (RG)

STF notifica que Moro é réu por calúnia

» RENATO SOUZA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, comunicou ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a decisão que tornou o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) réu por calúnia contra o ministro Gilmar Mendes, também do STF. A decisão é da 1ª Turma da Corte e o comunicado foi feito por ofício ao Congresso.

O acórdão foi publicado na segunda-feira. Com esta ação, começa a correr o prazo para que a defesa de Moro conteste as acusações e apresente argumentos para tentar inocentá-lo. Na decisão, o STF atendeu ao pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), que solicitou a abertura de ação penal contra o senador em razão de declarações que citam Gilmar.

O caso teve início em abril de 2023, quando Moro aparece em um vídeo sugerindo que o decano do STF vende sentenças. Nas imagens, que tem apenas oito segundos, uma mulher afirma que

Saulo Cruz/Agência Senado



Em vídeo, senador faz comentário sobre Gilmar e venda de HCs

ele “está subornando o velho”. Em seguida, o hoje senador afirma que estava pagando “fiança para comprar um habeas corpus do Gilmar Mendes”.

Moro não era parlamentar à época em que foram feitas as imagens. Porém, o Supremo

entendeu que como o vídeo veio à tona após tomar posse, o caso deve ser julgado pela Corte.

O Ministério Público Federal (MPF) entendeu que o senador sugeriu uma suposta corrupção passiva do ministro, sem apresentar qualquer prova, o que

caracteriza o crime de calúnia. A relatora do caso é a ministra Cármen Lúcia.

Pelas redes sociais, Moro alegou que a declaração se tratou de uma “brincadeira” em uma festa junina. Disse também que a publicação do vídeo ocorreu sem sua autorização. “A Primeira Turma do STF recebeu denúncia por suposto crime de calúnia contra mim por ter feito, antes do exercício do mandato de Senador, uma piada em festa junina na brincadeira conhecida como ‘cadeia’. Um vídeo gravado e editado por terceiros desconhecidos foi feito e divulgado sem meu conhecimento e autorização. O recebimento da denúncia não envolve análise do mérito da acusação e, no decorrer do processo, a minha defesa demonstrará a sua total improcedência”, frisou o senador.

Na denúncia apresentada ao Supremo, a PGR pede que Moro perca o mandato, caso seja condenado a uma pena superior a quatro anos de prisão, além de multa.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Oposição quer anistia de Bolsonaro e impeachment de Moraes

Vamos aos fatos. Deputados e senadores aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro protocolaram, na segunda-feira, um pedido de impeachment contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Alguns já começaram a retirar assinaturas por orientação dos respectivos advogados.

O pedido acusa o ministro de forjar provas, cercear a liberdade de expressão e abusar do poder à frente de investigações sob o guarda-chuva do inquérito das fake news, para o qual Moraes foi designado relator, de ofício, pelo então presidente do STF, ministro Dias Toffoli.

“Estamos aqui pedindo o impeachment de Alexandre de Moraes como último recurso para que possamos resgatar a normalidade”, disse o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do ex-presidente.

O pedido ocorre depois dos ataques de Bolsonaro ao ministro, no ato que realizou no último 7 de setembro, na Avenida Paulista, em São Paulo. O ex-presidente também pediu anistia para todos os envolvidos na tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023, quando manifestantes invadiram e depredaram os palácios da Praça dos Três Poderes.

Ontem, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, a oposição tentou pôr em discussão uma proposta de anistia dos envolvidos com os atos golpistas. Houve tumulto. Uma manobra dos governistas impediu que a proposta de inclusão do projeto na pauta fosse aprovada.

O Supremo condenou 227 pessoas pelos crimes de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. Ao todo, 1.644 pessoas envolvidas naqueles episódios foram denunciadas pelo Ministério Público Federal (MPF).

A anistia aos processados do 8 de janeiro e a Bolsonaro, que está inelegível, é uma bandeira da oposição que não têm maioria no Congresso, mas mobiliza os partidários do ex-presidente e encontra espaço junto ao Centrão. O pedido de impeachment de Moraes, que está sendo demonizado pela oposição, enfrenta mais dificuldade, porém, repercute muito devido à sua hiperexposição nas redes sociais. Principalmente depois dos episódios que levaram Moraes à proibição do X (antigo Twitter) e ao confronto direto com o bilionário Elon Musk, dono da plataforma e da empresa Starlink — que fornece sinal de internet em regiões remotas do país e teve os ativos financeiros bloqueados pelo ministro.

Muita indefinição

Vamos aos bastidores. A anistia de Bolsonaro e o impeachment de Moraes viraram moeda de troca nas articulações para a sucessão dos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). A antecipação do debate sobre a sucessão de ambos, em plena campanha das eleições municipais, permite que a discussão da anistia e do impeachment prospere nos bastidores das duas Casas.

Candidato à sucessão de Pacheco, o senador Davi Alcolumbre (União-AP), presidente da CCJ do Senado — que pretende voltar ao comando da Casa —, aprova em votações-relâmpago matérias de interesse da oposição. Até agora, o governo não sinalizou apoio a qualquer nome no Senado. Seu líder na Casa, senador Jaques Wagner (PT-BA), quando questionado sobre assunto, diz que “o candidato do governo será aquele que vai ganhar”.

Somente a senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ensaia uma candidatura de oposição, mas seu partido está mais interessado numa aliança com o União Brasil na eleição da Câmara. Em dificuldades eleitorais no seu estado, Alcolumbre corre contra o relógio. Seu principal adversário no Amapá, o prefeito Dr. Furlan (MDB), que concorre à reeleição, lidera a disputa em Macapá, com 91% das intenções de voto, segundo pesquisa Quaest/TV Globo. Aline Gurgel (Republicanos), Patrícia Ferraz (PSDB) e Gilvam Borges (Avante) aparecem empatados em segundo lugar, com 2% das intenções de voto cada.

Na Câmara, o deputado Elmar Nascimento (União-BA) era o candidato ungido pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), seu grande amigo. Buscava uma aproximação com a oposição, principalmente o apoio do PL. Sua candidatura, porém, não empolgou e o Centrão implodiu. Os deputados Marcos Pereira (Republicanos-SP) e Antônio Brito (PSD-BA) eram seus principais concorrentes e, também, alternativas para Lira.

Pereira retirou sua candidatura em prol de Hugo Motta (Republicanos-PB), que, supostamente, teria o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de Bolsonaro, numa articulação conduzida pessoalmente por Lira, para deslocar da disputa os demais candidatos do Centrão. Deu ruim: Elmar e Brito fizeram uma aliança contra Motta, que passa também pela eleição de Alcolumbre no Senado.

O Centrão rachou. Nada indica que a candidatura de Motta seja uma barbada. Nesse cenário pantanosos, as articulações pela anistia de Bolsonaro e seus partidários, e a favor do impeachment de Moraes, prosperaram.